

Uma flor nasce no asfalto

Recebido em 19-08-2013
Aceito para publicação em 19-12-2013

123

*Luís Eustáquio Soares*¹

Algures Marx já teria dito que os mortos assombram os vivos. Neste texto, procuro mostrar que tanto a modernidade quanto a pós-modernidade, pensadas como gestoras de nosso presente histórico, são dois vivos-mortos, para não dizer mortos vivos, zumbis, porque ambas colonizam a vida para fabricar mortes, por isso mesmo, mais que negar o passado, ou não permitir que os mortos passados assombrem nosso presente, elas são os mortos dos passados, a própria morte, em si, imperando sobre a vida. O ser moderno e pós-moderno são tanto mais mortos quanto mais vivos tentam ser, pois suas formas de atuar, ide fazer-se um e outro, moderno e pós-moderno, são indiscerníveis e impõem-se sobre vidas, humanas e não humanas. Genocídios.

É por isso que Nietzsche, com seu eterno retorno, desloca uma constante mítico-religiosa dos arquétipos transculturais, multiculturais, retroculturais da modernidade pós-moderna ou da pós-modernidade moderna, a saber: os mortos do passado ressuscitam nos vivos do presente, insistindo na dissecação de todo corpo vivente. O antes irrompe em nossa anatomia presentificada. Somos todos tudo do mundo, e o que me faço ser mostra, contra a minha vontade, que os cadáveres, ambigualmente, persistem em um paradoxal limite: viver,

¹ Professor Associado I de Teoria da Literatura – Departamento de Línguas e Letras, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

de forma moderna e/ou pós-moderna, para além do sobreviver, exige que sejamos médicos de monstros, que ressuscitemos Frankenstein. Somos criadores de zumbis, e todo agora constitui um morto-vivo lugar-tempo, de outros lugares tempos. A criatura (leia-se, os passados), sempre edipianamente, faz-se esfíngica: decifra-me ou devoro-te. Parece, infelizmente, que sentimos uma cega atração pelo devoramento do que nos resta e nos sobra e nos envolve: a morte.

Eis uma de nossas pulsões de vida, ou de morte?

Na instância dessa antropofagia às avessas, penso em Lyotard que, em “O inumano”, afirma ser a pós-modernidade uma *reescrita* da modernidade. No entanto, a partir do enunciado do famoso pai da física moderna, de que toda ação engendra uma reação, penso que também os passados reescrevem os presentes. Em nossa magnífica pós-modernidade, na qual – alguns incautos acreditam – a expiação de Adão, enfim, é redimida – (qual seja, não ter que viver com o suor do rosto), o paraíso é possível, transfigurando-se em pós-utopia. Lemos mal o mundo, a prova disso é que, a pretexto de acabar com a neurose moderna do trabalho cotidiano, da produção lastreada no real, transformamos a maior parte do planeta em zonas de massas de lumpens, por um lado, e em ramificações esquizofrênicas de gerações espontâneas de papéis moedas virtualizados, por outro lado: o império do dinheiro, que nada mais é do que a burocracia da morte.

Todo esforço da modernidade ocidental para enterrar a natureza, dizimando a terra, sobrevive, hoje, naquilo que Baudrillard chama de simulacro de terceira ordem, vale dizer, o capitalismo tardio, a pós-natureza, a humanidade metaforizada em Capitu, olhos de ressaca, obliquidade, dissimulação, morte do referente. Desgraçadamente, a caveira, eternamente em estado de gargalhada, sempre reaparecerá, e o mundo pré-pós-representação, de maneira inoportuna, ramifica-se debaixo da fresta de nossas portas.

Ainda não chegamos à *tecné* do vácuo hermético. Ainda não conseguimos fazer-nos totalmente enlatados, para evitar os germens, as pestes, as pragas, os vermes, franco atiradores. Só os detectores de metal nos salvam, nos salvarão dessas trevas, e nada mais? Talvez a saída esteja na criação do pós-humano, uma Odisséia no espaço, a robótica

prometeica, a emergência de robôs que nos roubem o fogo da tocha sanguínea da vida: a solidariedade, o desejo, o amor, o inconsciente, a consciência, os delírios de lírios.

Ainda assim, sempre hipoteticamente, o eterno retorno nietzschiano poderia assombrar os novos corpos pós-humanos, e metálicos, reatualizando a divisão do trabalho, no espaço neocultural robótico, a sociedade de classes, a posse, o poder, a fome, as guerras, reencenando uma época pós-pós-emprego, uma primeira, uma segunda e uma terceira ordem de simulacros, cicatrizadas de resíduos do devir mineral, orgânico, humano.

Matar o referente. O assassinato dos referentes. Mas de quais referentes estamos falando, do referente-vida? A simulação é a tônica, seu código é a generalização. Resta ressuscitar, aqui, os fantasmas do velho Marx: toda generalização implica uma falsa universalização de um referente, de um centro, de um ponto de vista, de interesses particulares.

Nossa época, a meu ver, não é pós-moderna, neobarroca, ou o que seja. É tudo isso, sem dúvida, mas é também o inexpressivo nesse ou em outros nomes, outro lugar de referência, a cena labiríntica daqueles que mandam e desmandam, ou a emersão assustadora do vir-a-ser de outros seres. Seremos escrita e reescrita do século XVII, a fissura obscura de um antes que já denunciava um depois: o século das luzes, o Iluminismo? Com João Adolfo Hansen, professor de Literatura da Universidade de São Paulo, apesar de Foucault, concordo que o século dezessete não representa um corte epistêmico em relação à representação por similitude, então supostamente traço do Renascimento. O espelhismo, a duplicação, a saturação binária do espaço, o aparentemente desordenado acúmulo sintático-vocabular, a incongruência, a desritmia entrópica dos significantes, no século do Barroco, inscreve-se num regime de representação colado, imaticamente, no interior de um mundo centrado em Deus, na Igreja Contra-Reformista, no poder monástico-absolutista.

A desordem sígnica (usando a lógica da teologia negativa, do falar muito em função da impossibilidade do finito humano representar o infinito celestial), é o teatro sacro de uma dramaturgia opressiva: a estrutura hierárquica de uma época que procurou fazer com que tudo derivasse das alturas inalcançáveis de Deus e do Estado, ambos soberanos.

No século anterior, de 1500 para frente – para respeitar as datas convencionalizadas, outra rede de similitude é fundacionalmente inventada: o encobrimento do Brasil, conforme expressão do historiador José Murilo de Carvalho, pelos portugueses, europeus, americanos, colonizadores de ontem e de hoje. O ensaísta mexicano Alfonso Reys afirmou, em *Útima Tule*, que a invenção das Américas vem sendo larvalmente ritualizada há mais ou menos três mil anos atrás, através do imaginário milenar de povos de culturas e de civilizações diferentes, os quais, em algum lugar do mundo, acreditavam existir terras paradisíacas, onde a felicidade, a imortalidade e a riqueza abundante poderiam ser vivenciadas, para sempre. Tratar-se-á da terra mather, útero do cosmo? Matriarcado de Pindorama, segundo Oswald de Andrade. Deus e o diabo na terra do sol, para Glauber Rocha.

Quando os portugueses inventaram o Brasil, e os espanhóis, as Américas, toda essa rede de similitude fantasiosa e uterina, que o Ocidente herdou do Oriente, foi canalizada e reescrita como traço desejoso de nosso corpo geográfico. Tornamo-nos a genitália do globo terrestre. Como toda similitude, em algum momento, tem o corpo como morada, e a máquina binária hierarquizada entre macho e fêmea também é uma herança antiga, caberia a seguinte pergunta: temos sido, para usar um eufemismo lacaniano, a boceta ou o falo do planeta? Yang ou Yin? O pênis ou o buraco-negro? Como o gozo é um *à priori* imanente ao corpo feminino, na perspectiva falocrática, não seria demais afirmar, transformamo-nos, para inglês ver, tocar e lambuzar, em corpo cartografado da zona erógena de toda mulher. Temos sido o Furor Uterino do Globo, a Ninfomania “que cobre de opróbrio e de infâmia não só o indivíduo que por ela é atacado, mas também os genitores que tiveram a desgraça de pô-lo no mundo”, conforme relata o médico do século XVIII, D.T. Bienville, autor de “A Ninfomania”.

Coincidência ou não, em 1559, o anatomista italiano renascentista, Mateo Realdo Colombo, em *De Re Anatomica*, registrou ter “descoberto ” a coisa erógeno-anatômica feminina: seu clitóris. Como numa história de perversão sexual, a invenção do clitóris, por um homem, poderia bem representar a posse cognitiva masculina de um segredo gozante feminino, sua vingança fálica escondida. Se conhecer tem significado, na maioria das vezes, domínio, a mulher feiticeira medieval começa a perder (em nome da ciência, da distinção radicalizada entre sujeito e objeto, marcas epistêmicas da modernidade) seu estatuto mítico-poético: o

traço demoníaco do desconhecido, do incerto, do casual, enfim, do eternamente fugaz, incontido e inapreensível. Paralelamente, a invenção das Américas, e do Brasil, também se inscreve sob o signo de uma ilusão perdida - no justo momento em que se acreditava encontrada -, qual seja, a da existência utópica do paraíso, do V império português, do céu na terra.

A utopia milenar das visões paradisíacas encontrou, enfim, seu porto. Talvez se os europeus ou, genericamente, os colonizadores, vivessem em uma sociedade matriarcal, tivéssemos ou teríamos tido melhor sorte. Como todo colonizador detém uma razão machista, seja ele homem ou mulher, o acontecimento mítico-civilizacional do encobrimento das Américas (leia-se, encobrimento) ignorou, totalmente, se o índio e, logo após, o negro, queriam ou podiam, também, gozar. Como na fábula freudiana, a de *Totem e Tabu*, o pai sempre quer o gozo só para si, por isso deve tomar posse das mulheres, impedindo, a todo custo, sua partilha com os filhos. Não são casuais, nesse sentido, as sucessivas brigas, entre europeus, pela posse de áreas da geografia hispânica e brasileira. Os destemidos colonizadores brigavam não só por lucro, metáfora para gozo, mas também pela divisão da mulher cartogra(fada). Pelo menos pela posse de um pedaço de seu gozar ofertante.

Como numa micropolítica do desejo, o desejante faz-se desejado. Colonizar é escavar o corpo da terra, em ritmo de coito. É preciso, enfim, dizer: o desejante desejado, esse que fecha o círculo narcísico em torno de si, translação e rotação, é o estuprador, o psicopata objetual, que se ilude: ser sujeito é ser ente absoluto, razão gozante e gozada; é transar com seres desalmados, prostituir, gingolar. Ser sujeito objetual é metonimizar o clitóris da terra encoberta, figurá-lo, paranoicamente, como coisa feminina única, sem corpo e sem alma: objeto de desejo. Assim como Freud concebeu o mito do Minotauro como uma espécie de nascimento anal, sendo o labirinto, fio de Ariadne, cordão umbilical, intestino grosso, em outro ponto, imagino que não seria tão inverossímil pensar o Pau Brasil, primeira de nossas riquezas levadas à extinção, como um desejo inconsciente de extirpar o falo da terra encoberta, na crença de que tal topografia deva ser representada como o lugar vaginal por excelência, uma espécie de gesto contra o “hermafroditismo”.

Por outro lado, o colonizado, ao incorporar a razão objetual dominante, torna-se objeto b, simulacro de colonizador sem colônia, criado ao invés de criador, imaginado ao invés de imaginante, pensado ao invés de pensador. Eterno retorno bíblico-cosmogônico de outra imagem: a da mulher apêndice do homem, nascida de suas costelas. Toda filiação é totêmica, e todo totem inscreve-se numa discursividade sistêmica, na qual o devorante faz-se devorado, a rebelião, antirrebelião; o filho, o pai. Rituais de passagem. A nós nos tem sido vedado ser passagem, ser ponte, ser escada, ser alquímico. Como vagina do mundo, restamos a alegria de hipostasiar, teatralizar, robotizar, fingir gozar com o gozo estuprante do salteador; dissimular a cena parricida de um incesto reversível: nosso estatuto antropofágico, o estuprador é o pai, e torna-se engolido, perdido, suicida, morto, ao enterrar seu falo na vagina da terra descoberta, explorada, explodida. A castrada subjetiva colonizada terra sem Pau Brasil rejubila-se com a agudeza objetiva, objetual, do colonizante.

Necrofilia: colonizar é instituir um amor mortal à morte. O genocídio de sempre, de ontem e de hoje, também se mata. Nada é circunstancial. Com Edward Said, o implicado transforma-se em implicante, o assassinado, em assassino. Todo mundo morre com a morte alheia, mesmo que esse alheamento seja, imaginariamente, uma vagina sem cérebro. O primeiro índio assassinado e o primeiro negro escravizado são o indício de uma ferida incurável, uma mácula eterna, os primeiros mortos-vivos de uma espécie de razão estuprante, colonizadora; o legado caveirístico na aurora da modernidade.

Quando Jacques Lacan era cobrado a falar de luta de classes, de exploração do trabalhador, lançava-se fora da discursividade, dizendo que, no sistema-mundo, toda vitória é uma derrota. A negação afirma o negado, um jogo de cartas marcadas. A Tomada da Bastilha, pelo povo, não passou de um carnaval fetichizado, um ritual báquico-ilusionista, por um momento o relógio do domínio parou: a temporalidade é nossa, mas por pouco tempo. Ter a consciência da dominação não deixa de significar que a inconsciência do dominador só cabe a ele, colonizador. Por isso que, hoje, sair da discursividade pode ser abrir a porteira da Idade Média, retomar a feiticeira, ser sujeito do gozo. Abandonar, quando necessário, a abstração absoluta da temporalidade dos colonizadores, ianques cibernéticos de globalizações monocentradas. Desescrever as escritas, via escrita.

Dissimular obliquamente, quer dizer, dar nomes aos bois, apontar o mal e o bem, arcaicamente; confabular com o baixo-ventre de outros lugares: os guetos dos países ricos, a maior parte da Ásia, a África. Subtrair o múltiplo, descobrir Eros em Thanatos, descolonizar a vida em sua multissexualidade, instaurar o impossível, não ser o pai, não ser o filho, a filha; o esposo e a esposa ou a amante ou a puta. Ser anti-código, pois o que é pode não ser: carta de caminho, registro de um referente absoluto: não somos nem oprimidos nem opressores, nem colonizados nem colonizadores.

Em *A expressão americana*, o poeta cubano José Lezama Lima nos oferece umas pistas: somos o renascimento do Ocidente, pós-ocidentais. Nascemos adúlteros. Nosso destino é a traição: trair o pai, o colonizador e seu sistema de bens, situação a partir da qual nos concebemos como planetários, iguais em nossas singularidades não reificadas, não identificadas, não exaltadas, fora das representações necrófilas, ocidentais.

Com Drummond: uma flor nasce no asfalto, estúpida, mas é uma flor. Corte epistêmico: a vida tornando-se o Ideal, a cópia e o simulacro de si mesma, sua realidade, em si; sua hiper-realidade, para si, independente de qualquer nacionalidade.

Eis o que contou, que conta e contará.